



# Carta 20 anos de Conjuntura FEE

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã  
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA  
Siegfried Emanuel Heuser

ANO 21 Nº 05  
Maio de 2012

## A taxa de câmbio nacional está em equilíbrio?

A taxa de câmbio é uma das categorias mais complexas da Economia. Até a publicação d'Os Princípios, de Ricardo, em 1817, nada sabíamos sobre seus determinantes estruturais. A teoria não ia muito além da obviedade de que o câmbio depende da oferta e da demanda de divisas. Ricardo explicou que o câmbio regula o fluxo de mercadorias entre nações. A particularidade desse intercâmbio é que as vantagens competitivas necessárias para vender em outro país são meramente relativas. Mesmo um país que apresente produtividade inferior em todos os setores pode exportar aqueles bens em que sua produtividade é "menos inferior". As alterações cambiais, ao alterarem os preços em moeda estrangeira da produção nacional, emprestam competitividade aos bens cuja desvantagem absoluta é menor, permitindo que todo e qualquer país participe e se beneficie do comércio mundial.

Quase dois séculos após a publicação d'Os Princípios, ainda há quem desconheça as conexões entre competitividade internacional, câmbio e desenvolvimento industrial. Para os neo-pré-ricardianos, a competitividade de um país seria função exclusiva da tecnologia e da carga fiscal. Para ampliar o saldo comercial, bastaria (*sic*) ampliar a produtividade e desonerar as exportações. Para tanto, a intervenção governamental é bem-vinda. Por oposição, o câmbio ganha estatuto de categoria quase natural, não devendo ser objeto de qualquer intervenção governamental. Essa variável deve ser objeto de determinação exclusiva pelas livres forças de mercado. A taxa que o mercado definir será (por definição) a taxa de equilíbrio.

O que o neo-pré-ricardianismo desconhece é que não existe um único mercado de divisas, mas diversos. Há quem busque divisas para pagar importações. Há quem as busque para pagar dívidas anteriores. E há quem as busque apenas porque a taxa de juros no exterior é menor do que a taxa de juros interna. O que se quer, nesse caso, não são as divisas propriamente ditas, mas ganhos financeiros de arbitragem. **Daí que não pode haver uma única taxa de câmbio de equilíbrio. Há inúmeras**, que dependem dos resultados das Balanças de Comércio, Serviços, Rendas e Capital.

Ora, o Brasil adotou uma política de controle da inflação que está baseada única e exclusivamente na sustentação de taxas de juros significativamente superiores à média mundial. Com isso, estimula-se o ingresso de capital especulativo. Em especial, através de empréstimos intercompanhias, que são classificados (equivocamente, mas de acordo com o padrão ONU de Contabilidade Nacional) como Investimento Direto Estrangeiro. O resultado é o excesso de oferta de divisas, a valorização da moeda nacional e a depressão de nossa competitividade em dólares, o que conduz à queda do saldo comercial e impõe déficits na Balança de Transações Corren-

tes. É um déficit que "equilibra" o superávit (mais formal do que real) na Conta Capital.

Por oposição, se o diferencial entre os juros internos e os externos caísse, cairiam o ingresso especulativo de divisas e o saldo da Conta Capital. Isso importaria a desvalorização do real, alavancando as exportações, deprimindo as importações e ampliando o saldo em transações correntes.

Em suma: a cada taxa de juros correspondem saldos distintos e reciprocamente compensatórios nas contas comercial, de rendas, de serviços e de capital. Hoje, o diferencial entre os juros **reais básicos** interno e externos é tão elevado que o superávit da Conta Capital tem sido superior ao déficit em Transações Correntes, impondo a elevação de nossas reservas internacionais. Na aparência, essa é uma situação confortável. Mas é uma situação de "equilíbrio"?

Dados o excesso de liquidez internacional e a crônica iliquidez interna imposta pelo Bacen, essa é uma situação de **equilíbrio financeiro**. E sequer é um equilíbrio instável: devido ao atual patamar de preços das *commodities* agrícolas e minerais (alavancados pela insaciável China, que continua a crescer aceleradamente a despeito da recessão do resto do mundo), o nosso saldo comercial mantém-se positivo a despeito da perda de participação da indústria na pauta.

Mas, se há equilíbrio financeiro, **não há equilíbrio produtivo**. Dado que a política monetária restritiva tem-se mostrado incapaz de emparelhar a inflação interna com a externa, a estabilidade nominal da taxa de câmbio implica **valorização real crescente da moeda nacional**. A opção que resta para as grandes empresas brasileiras é a multinacionalização e a produção no exterior. Mas a pequena e a média indústria e os trabalhadores de forma geral pagam o preço dessa estratégia. E o que se observa é a desindustrialização relativa do País e a crescente exportação de empregos e oportunidades.

O mais interessante é que os gestores da política macroeconômica não estão cegos a essa realidade. Não gratuitamente, o Governo vem elevando as tarifas de importação para distintos setores e utilizando os bancos públicos para deprimir os *spreads* bancários. Mas não há como compensar pelas políticas fiscal e financeira a exposição competitiva que a política monetário-cambial vem impondo ao conjunto da indústria. Nem, tampouco, será de qualquer valia culpar a Europa, a China e os EUA, por adotarem políticas monetárias heterodoxas. Só nós somos responsáveis pelo descompasso entre nossos juros básicos e os do resto do mundo. E o custo dessa opção será debitado na conta daqueles que a sustentam. Quem viver verá.

Carlos Águedo Paiva  
Economista, Pesquisador da FEE

## O segmento de trabalho formal da RMPA no novo século

Ao se examinarem as informações estatísticas da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA) do período 1999-2011, três aspectos merecem destaque: o persistente crescimento da ocupação e a queda das taxas de desemprego; a expressiva ampliação do emprego formal em setores que apresentam, tradicionalmente, condições mais precárias de inserção ocupacional, tais como o comércio, os serviços e a construção civil; e a concentração dos empregos nas faixas de rendimento mais baixo.

O crescimento do nível ocupacional no período em análise veio acompanhado de outro fato positivo, que foi o aumento dos postos de trabalho com vínculos formais em maior proporção que os com vínculos informais. De fato, o desempenho favorável da ocupação, entre 1999 e 2011, deveu-se sobremaneira ao crescimento do emprego assalariado do setor privado com carteira de trabalho assinada. Com esse resultado, inverte-se, a tendência à precarização do trabalho evidenciada nos anos 90, quando se registrou redução de 1,4% no total de ocupações assalariadas formais entre 1994 e 1998, passando-se para um crescimento de 72,0% entre 1999 e 2011, um ganho substancial para o emprego formalizado nesse período. Note-se que, mesmo com a crise econômico-financeira de 2008, essa trajetória favorável não se viu interrompida.

O segundo ponto a destacar refere-se à maior formalização do emprego justamente em setores que têm apresentado elevadas parcelas de trabalhadores com inserção ocupacional mais precária — emprego sem carteira de trabalho assinada, trabalhadores autônomos, dentre outros. Nesse sentido e tendo em vista que, na indústria de transformação, predomina a formalização dos contratos de trabalho, percebe-se uma alteração na distribuição do emprego formal, pois esse tipo de contrato apresentou crescimento proporcionalmente maior nos serviços, no comércio e na construção civil, *vis-à-vis* à indústria de transformação. De fato, considerando o aumento nos contingentes de assalariados, foi o setor serviços o que mais gerou postos de trabalho com carteira assinada entre 1999 e

2011 — 217 mil empregos, contra 95 mil do comércio, 74 mil da indústria de transformação e 24 mil da construção civil. Note-se, entretanto, que o setor serviços foi também o que mais gerou empregos sem carteira assinada, uma vez que, do total de 27 mil novas ocupações sem carteira, 22 mil foram no setor de serviços e 5 mil na construção civil.

No entanto, é a análise das variações relativas que melhor dá conta dessas mudanças na composição setorial do emprego assalariado com carteira assinada no setor privado. Por esse prisma, verifica-se que a tendência à formalização deu-se com maior intensidade no setor do comércio, com um crescimento dessa modalidade de emprego de 104,3%, seguido pelo setor de serviços (89,6%) e pela construção civil (86,1%); na indústria de transformação, o crescimento foi bem menor, de 39,2%, no período analisado.

Como último aspecto e, de certo modo, contrapondo-se à evolução favorável do emprego no período em foco, constata-se que a maior parte das ocupações com carteira assinada se situou nas faixas de rendimento mais baixo, de um a menos de três salários mínimos. Já os assalariados sem carteira encontravam-se, em grande medida, nas faixas salariais de menos de um a menos de dois salários mínimos, no período 1999-2011. Esse resultado está possivelmente associado à maior ampliação do emprego assalariado nos setores comércio, serviços e construção civil, cujas remunerações são geralmente mais baixas do que na indústria de transformação. Finalmente, no que se refere à evolução salarial, constata-se, para os assalariados com carteira assinada, uma tendência de ganhos reais de salário a partir de 2004, não obstante não tenham logrado recuperar totalmente as perdas havidas entre 1999 e 2003. Já para os assalariados sem carteira assinada, a trajetória foi semelhante, mas os ganhos obtidos no período recente foram mais elevados, encerrando com um valor superior ao registrado em 1999. Esse fato positivo acarretou diminuição do diferencial de salários entre essa duas categorias de trabalhadores.

Estimativa do número de ocupados, por posição na ocupação, na RMPA — 1999 e 2011

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	ESTIMATIVAS (1 000 pessoas)		VARIACIONES 2011/2009	
	1999	2011	Absoluta (1 000 pessoas)	Relativa (%)
<b>OCUPADOS</b> .....	1 349	1 909	560	41,5
<b>Assalariados (1)</b> .....	852	1 358	506	59,4
Assalariados do setor público (2) .....	162	229	67	41,4
Assalariados do setor privado .....	690	1 128	438	63,5
Com carteira assinada .....	571	982	411	72,0
Sem carteira assinada .....	119	146	27	22,7
<b>Autônomos</b> .....	255	270	15	5,9
<b>Empregados domésticos</b> .....	103	105	2	1,9
<b>Outros (3)</b> .....	139	176	37	26,6

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

(1) Excluem empregados domésticos e incluem aqueles que não sabem a que setor pertence a empresa em que trabalham. (2) Englobam empregados nos Governos Municipal, Estadual e Federal, nas empresas de economia mista, nas autarquias, etc. (3) Englobam empregadores, profissionais universitários autônomos, donos de negócio familiar, etc.

**Alejandro Kuajara Arandia**  
Economista, Pesquisador da FEE

## Novas medidas do Plano Brasil Maior conferem alento ao setor mobiliário

Representando 3,0% do Valor da Transformação Industrial (VTI) em 2009 e 5,2% do emprego formal na indústria de transformação do Rio Grande do Sul em 2010, o setor mobiliário foi um dos contemplados pelas políticas específicas no âmbito do Plano Brasil Maior anunciadas no início do mês de abril deste ano, com o objetivo de aumentar a competitividade de setores industriais selecionados.

Intensiva em mão de obra, empregando aproximadamente 42 mil pessoas e dominada por pequenas e médias empresas, a indústria moveleira é um setor tradicional no Estado, que tem investido em inovação e *design* com vista à agregação de valor ao produto final. Sua *performance* produtiva recente, mais direcionada para o mercado interno, é positiva em termos

de produção física, faturamento e emprego, aproveitando-se do aumento do consumo das classes mais baixas, associado aos planos governamentais de fomento à construção civil.

É no mercado externo que residem os maiores problemas atuais dessa indústria, face às dificuldades de encontrar novos nichos de atuação e competir com qualidade e preço no mercado internacional. Nesse sentido, as recentes medidas adotadas pelo Governo deverão refletir-se positivamente no desempenho futuro desse setor, especialmente pela desoneração da folha de pagamentos, pelo adiamento do recolhimento do PIS/Cofins e pela redução do IPI, que possibilitarão mais investimentos e maior dinamismo às vendas.

Indicadores da indústria moveleira no Rio Grande do Sul — 2010-mar./12

INDICADORES	NO ANO			NO TRIMESTRE		
	2010	2011	Δ%	1º Trim./11	1º Trim./12	Δ%
Produção física .....	106,87	109,60	2,56	...	...	(1)10,65
Exportações (US\$ 1 000) .....	210 841	203 558	-3,45	42 963	42 453	-1,19
Faturamento (R\$ 1 000) (2) .....	2 771 139	2 961 994	6,89	(3)181 774	(3)208 442	(3)14,67
Emprego (pessoas) .....	38 410	(4)41 084	6,96	(4) 39 514	(4) 42 045	(4) 6,41

FONTE: MDIC/Sistema Alice. Movergs. MTE/RAIS. MTE/Caged. IBGE/PIM/PF.

(1) Variação acumulada dos meses de janeiro e fevereiro de cada trimestre. (2) Referente a 44 empresas pesquisadas pelo Movergs. (3) Dado referente ao mês de janeiro. (4) Dado reconstituído com base nas informações do Caged.

Silvia Horst Campos  
Economista, Pesquisadora da FEE

## O avanço da arrecadação tributária federal no Brasil

O recolhimento de tributos federais tem-se elevado nos últimos anos, o que contribuiu para o crescimento da carga tributária (total de tributos em relação ao Produto Interno Bruto (PIB)). Essa passou de 34,8% do PIB em 2006 para 36,1% do PIB em 2011. A esfera federal é responsável pela maior parte dessa carga — cerca de 70% do total —, seguida pelos governos estaduais (25%) e, com menor participação, pelos governos municipais (5%).

No ano de 2011, a arrecadação das receitas federais teve um crescimento real de 10,1%, somando R\$ 1 trilhão, contra R\$ 911 bilhões em 2010. Os tributos federais mais representativos no total recolhido foram o Imposto de Renda (IR) — 26% — e a Contribuição Para o Financiamento da Seguridade

Social (Cofins) — 16% —, que obtiveram acréscimos de 12,6% e 6,2%, respectivamente, nesse período. Ressalte-se ainda um aumento real de 12% do Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF), em vista da elevação das alíquotas referentes às operações de crédito de pessoa física e de operações de câmbio.

Já nos primeiros dois meses de 2012, a arrecadação federal subiu 6% em comparação com o mesmo período do ano anterior. Esse resultado é ainda muito parcial, mas é possível que a carga tributária não registre queda neste ano ou mesmo se mantenha no mesmo patamar do ano anterior, apesar das desonerações concedidas pelo Governo Federal, o que vai depender do avanço da atividade econômica do País.

Arrecadação das principais receitas federais no Brasil — 2010-11 e jan.-fev. 2011/12

RECEITAS	ARRECAÇÃO					
	2010 (R\$ milhões)	2011 (R\$ milhões)	Δ% 2011/2010	Jan.-Fev./11 (R\$ milhões)	Jan.-Fev./12 (R\$ milhões)	Δ% Jan.-Fev./12 Jan.-Fev./11
Imposto Sobre a Renda Total .....	229 750	258 806	12,6	47 242	50 200	6,3
Contribuição Para Seguridade Social (Cofins)	154 092	163 609	6,2	26 749	27 078	1,2
Imposto Sobre Produtos Industrializados .....	44 078	48 548	10,1	7 807	8 090	3,6
Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF) ...	29 333	32 894	12,1	4 856	5 395	11,1
Contribuição Sobre o Lucro Líquido (CSLL) .....	50 759	60 314	18,8	12 114	13 849	14,3
Demais receitas .....	403 605	439 556	8,9	66 291	70 331	6,1
<b>TOTAL</b> .....	<b>911 616</b>	<b>1 003 727</b>	<b>10,1</b>	<b>165 060</b>	<b>174 943</b>	<b>6,0</b>

FONTE: Ministério da Fazenda. Secretaria da Receita Federal do Brasil. Análise da Arrecadação das Receitas Federais.

NOTA: Valores inflacionados pelo IPCA do IBGE, a preços de fevereiro de 2012.

Isabel Rückert  
Economista, Pesquisadora da FEE

## Carta de Conjuntura - Ano 21 nº 05

Tabela 1

Taxas de variação do IPCA e do IGP-M no Brasil — out./11-mar./12

(%)

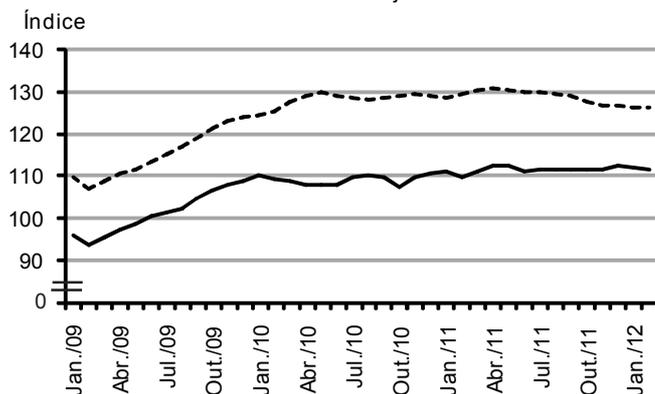
MESES	IPCA			IGP-M		
	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses
Out./11	0,43	5,43	6,97	0,53	4,70	6,95
Nov./11	0,52	5,97	6,64	0,50	5,22	5,95
Dez./11	0,50	6,50	6,50	-0,12	5,10	5,10
Jan./12	0,56	0,56	6,22	0,25	0,25	4,53
Fev./12	0,45	1,01	5,85	-0,06	0,19	3,44
Mar./12	0,21	1,22	5,24	0,43	0,62	3,24

FONTE: IBGE.

Fundação Getúlio Vargas.

Gráfico 1

Produção física industrial no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./09-fev./12



Legenda: - - - - Brasil — Rio Grande do Sul

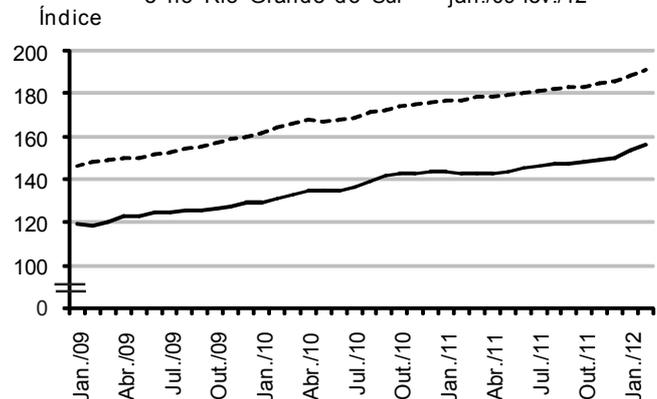
FONTE: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal — Produção Física.

NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.

2. Os índices têm como base a média de 2002 = 100.

Gráfico 2

Volume de vendas do comércio varejista no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./09-fev./12



Legenda: - - - - Brasil — Rio Grande do Sul

FONTE: IBGE. Pesquisa Mensal de Comércio.

NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.

2. Os índices têm como base a média de 2003 = 100.

Tabela 2

Indicadores selecionados da economia brasileira — out./11-mar./12

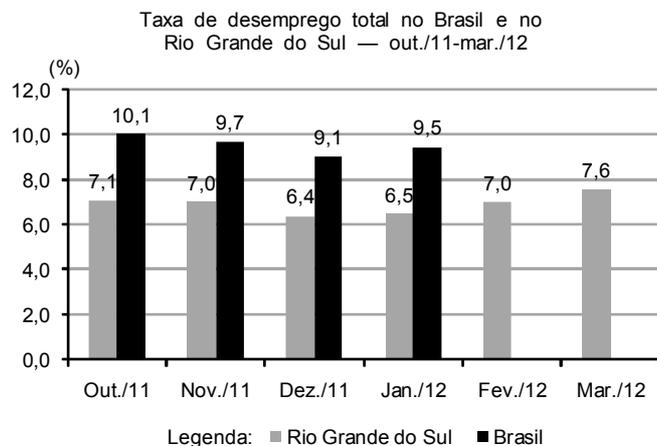
INDICADORES SELECIONADOS	NO MÊS						NO ANO (1)	EM 12 MESES (1)
	Out./11	Nov./11	Dez./11	Jan./12	Fev./12	Mar./12		
Taxa de câmbio (US\$) (2) .....	1,77	1,79	1,84	1,79	1,72	1,80	1,77	1,70
Taxa de câmbio efetiva real (3) .....	75,1	75,2	76,1	73,7	72,1	75,6	73,8	72,9
Taxa básica de juros (% a.a.) (4) .....	11,50	11,50	11,00	10,50	10,50	9,75	10,25	11,50
Superávit primário (% do PIB) .....	-3,9	-2,2	-0,5	-7,8	-2,9	-	-5,4	-3,3
Balança comercial (US\$ milhões) .....	2 359	577	3 811	-1 296	1 714	2 019	2 438	29 099
Exportações (US\$ milhões) .....	22 140	21 774	22 127	16 141	18 028	20 911	55 080	259 887
Importações (US\$ milhões) .....	-19 781	-21 197	-18 316	-17 437	-16 314	-18 892	-52 642	-230 788
Transações correntes (US\$ milhões) .....	-3 157	-6 641	-6 008	-7 056	-1 738	-3 320	-12 113	-49 816

FONTE: Banco Central do Brasil.

(1) Valores médios da taxa de câmbio, do índice da taxa de câmbio efetiva real e da taxa básica de juros; resultado acumulado para os demais. (2) Taxa de câmbio livre do dólar norte-americano (compra e venda) média de período (R\$/US\$). (3) Índice da taxa de câmbio efetiva real (IPCA), jun./94 = 100. (4) Taxa vigente no último dia útil do mês.

## Carta de Conjuntura - Ano 21 nº 05

Gráfico 3

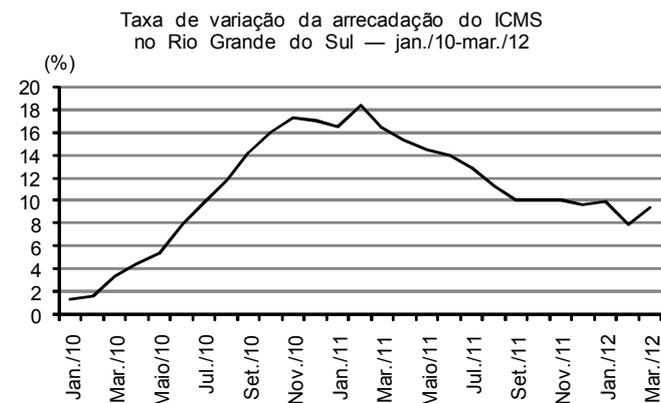


FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: 1. Brasil corresponde ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo e o Distrito Federal.

2. Rio Grande do Sul corresponde apenas à Região Metropolitana de Porto Alegre.

Gráfico 4



FONTE: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.  
NOTA: Variação acumulada em 12 meses.

Tabela 3

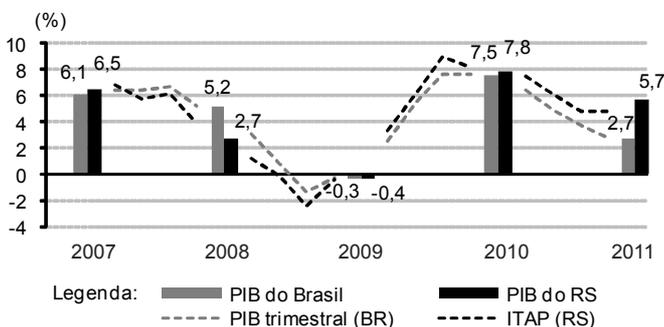
Exportações do Brasil e do Rio Grande do Sul — set./11-fev./12

MESES	EXPORTAÇÕES ACUMULADAS NO ANO (US\$ FOB milhões)		PARTICIPAÇÃO RS/BR (%)	VARIÇÃO ACUMULADA NO ANO (%)					
	RS	Brasil		Valor		Volume		Preço	
				RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil
Set./11	14 990	189 999	7,9	30,0	31,1	9,2	3,2	18,6	26,8
Out./11	16 698	212 139	7,9	28,9	29,9	9,4	3,4	17,4	25,3
Nov./11	18 063	233 912	7,7	28,0	29,2	9,9	3,3	16,0	24,8
Dez./11	19 427	256 040	7,6	26,3	26,8	9,6	2,9	14,6	23,1
Jan./12	1 219	16 141	7,6	-14,0	-16,3	-8,4	-3,9	-6,1	-12,9
Fev./12	2 401	34 169	7,0	-16,9	-15,7	-12,8	-4,1	-4,7	-12,1

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/Sistema Alice.

Gráfico 5

Taxas de variação do PIB e do Índice Trimestral de Atividade Produtiva (ITAP) no Brasil e no Rio Grande do Sul — 2007-11

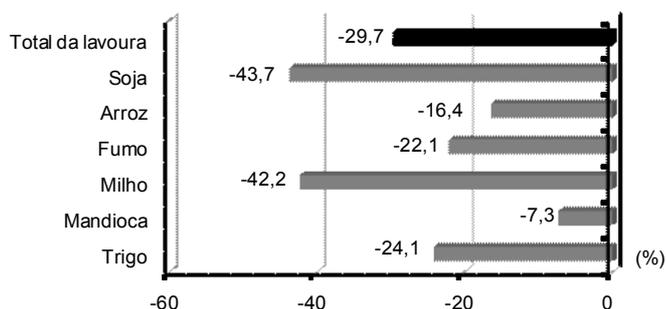


FONTE: IBGE. Contas Nacionais Trimestrais. FEE/CIE/NIS.

NOTA: 1. O ITAP foi utilizado como proxy do PIB trimestral no RS.  
2. ITAP e PIB trimestral do Brasil estão representados por suas taxas acumuladas em quatro trimestres.

Gráfico 6

Estimativa de crescimento da lavoura e de suas principais culturas no Rio Grande do Sul — 2012



FONTE: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. FEE/CIE/NIS.

## Idese: evolução no decênio 2000-09

O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese) do Rio Grande do Sul, quando analisado ao longo do decênio compreendido entre 2000 e 2009, apresenta uma evolução crescente. Em toda a série, verifica-se uma variação gradual e consistente, quando se compara o Índice anual calculado contra o do ano imediatamente anterior.

O Idese é um índice sintético que envolve quatro blocos distintos (Educação; Renda; Saneamento e Domicílios; e Saúde), cada um com um número diferente de indicadores. Esses indicadores, ou subíndices, procuram avaliar o desenvolvimento econômico e social dos municípios do RS em diferentes dimensões. Ao longo do decênio 2000-09, o Idese teve uma variação positiva de 3,9%, partindo do valor de 0,747 em 2000 para 0,776 em 2009.

O Índice do bloco Educação, composto por quatro indicadores (taxas de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais; taxa de abandono no ensino fundamental; taxa de reprovação no ensino fundamental; e taxa de atendimento no ensino médio), era de 0,838 em 2000 e passou para 0,870 em 2009, com uma variação de 3,8%. Houve progressos em todos os indicadores desse bloco, com exceção da taxa de reprovação. A taxa de analfabetismo teve uma redução de 6,65% para 4,60%; a taxa de abandono no ensino fundamental decaiu de 4,91% para 1,55%; e a taxa de atendimento no ensino médio (considerando a população do RS na faixa dos 15 aos 19 anos), que era de 46,75% em 2000, elevou-se para 59,65% em 2009. Por outro lado, a taxa de reprovação era de 13,94% e teve um leve aumento, para 14,48%. Apesar de o Índice do bloco Educação do RS estar acima de 0,8, o que garante o padrão de elevado desenvolvimento nessa área, pode ser inferido, a partir da avaliação dos indicadores que o compõem, a necessidade de continuidade dos avanços. A taxa de analfabetismo pode ser reduzida, tornando-se insignificante, como é o caso dos países mais desenvolvidos. Já a taxa de atendimento no ensino médio pode e deve progredir muito mais, pois cerca de 40% da população gaúcha entre 15 e 19 anos, tomada como a ideal para frequentar esse nível de ensino, se encontra sem atendimento. Quando se tomam como referência as nações mais desenvolvidas, a taxa de atendimento no ensino médio é superior aos 90% na faixa etária dos 15 aos 19 anos.

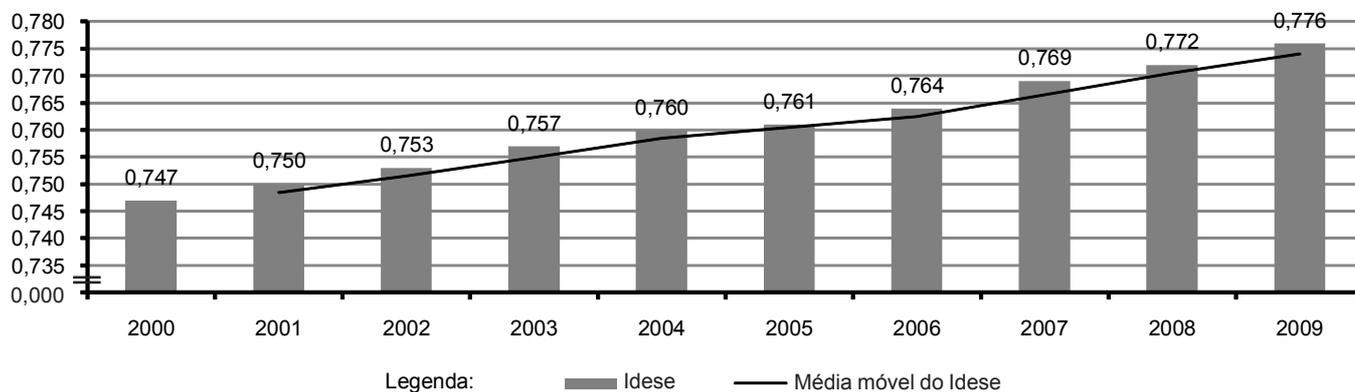
Já o Índice do bloco Renda, integrado por duas variáveis (PIB *per capita* e VAB *per capita* do comércio, alojamento e

alimentação), tinha, em 2000, um valor de 0,738, que aumentou para 0,813 em 2009, tendo esse bloco também alcançado o padrão de desenvolvimento elevado. Deve ser ressaltado que a variação de 10,2%, registrada nesse bloco, foi a que mais contribuiu para o crescimento do Idese entre 2000 e 2009. Esse período caracterizou-se por altos e baixos na economia gaúcha, que oscilou entre períodos de expansão, como nos anos 2000-04 e 2006-08, e de retração, como nos anos 2005 e 2009. Mesmo assim, o saldo do decênio foi positivo no que se refere ao comportamento da renda e da produção estaduais. Isso teve uma importância decisiva na melhoria do Idese ao longo do período.

O bloco Saneamento e Domicílios indica que ficou estagnado o desenvolvimento socioeconômico do RS nessa dimensão. O valor do Índice era de 0,561 em 2000 e passou para 0,569 em 2009, variando apenas 1,4%. Cumpre destacar que mesmo esse tênue crescimento foi devido a uma pequena redução da média de moradores por domicílio, um dos indicadores que compõem o bloco. Esse indicador era de 3,34 em 2000 e caiu para 2,95 em 2009. Os outros dois indicadores que compõem o Índice, que são o percentual de domicílios abastecidos com água e o percentual de domicílios com esgoto sanitário, permaneceram constantes, porque são calculados com dados censitários, sendo os últimos disponíveis referentes ao ano 2000. A análise do Censo 2010 mostra alguma melhora nesses indicadores, embora ainda insuficiente para reverter o quadro médio de desenvolvimento.

O bloco Saúde, com três indicadores (percentual de crianças com baixo peso ao nascer; taxa de mortalidade de menores de cinco anos; e esperança de vida ao nascer), teve uma pequena queda (-0,2%). Seu valor era de 0,852 em 2000, caindo para 0,850 em 2009. A taxa de mortalidade de menores de cinco anos, que, em 2000, foi de 17,80 para cada 1.000 nascidos vivos, caiu, em 2009, para 13,49. Por outro lado, o percentual de crianças com baixo peso ao nascer, isto é, com menos de 2,5kg, teve aumento de 8,74% em 2000 para 9,27% em 2009. A rigor, a elevação nesse indicador impediu o avanço estadual do bloco Saúde. A expectativa de vida para o RS era de 72,0 anos em 2000 e, por ser um dado censitário, permaneceu com o mesmo valor em 2009.

Evolução do Idese do Rio Grande do Sul — 2000-09



FONTE: FEE/Idese.

Lívio Luiz Soares de Oliveira  
Economista, Pesquisador da FEE

## Investimentos: a hora e a vez do Brasil

Ampliação do mercado consumidor, incremento da renda, crescimento econômico, redução da taxa de juros, descoberta de recursos naturais, organização de eventos esportivos e visibilidade externa, esses são alguns dos elementos que descortinam a atração de capital e a edificação de inúmeros investimentos produtivos no País. Em meio a discussões sobre a fragilidade da indústria face à concorrência externa e a consequente penetração dos importados na cadeia produtiva, setores ganham musculatura, alentando, em certa medida, as perdas advindas da valorização cambial. Esse movimento consolida o Brasil como o quarto maior receptor de capital, rumando à segunda colocação.

Serão construídas, nos próximos anos, 12 novas montadoras de carros, e cinco das já existentes ampliarão sua capacidade produtiva. Três outras estudam uma eventual instalação. Erguem-se três fábricas de motores e/ou de transmissão. Tais empreendimentos representam mais de R\$ 22 bilhões. Há, ainda, cinco novas fábricas de motos, sete de caminhões e três ampliações. No segmento de ônibus, surgem mais três parques fabris, e ocorre uma expansão. Quase em operação está uma montadora de carros militares. Em decorrência desses empreendimentos, o setor de autopeças investirá R\$ 4,6 bilhões por ano até 2015.

O segmento petrolífero expande-se de uma forma sem precedentes. Estão sendo construídos dois novos complexos petroquímicos, duas refinarias de petróleo no Rio de Janeiro, uma em Pernambuco, uma no Ceará e uma no Maranhão, esta última será a maior da América Latina e a quinta maior do mundo. Está em negociação, ainda, outra refinaria também no Estado do Maranhão. Com o Pré-Sal, as grandes petrolíferas do mundo estão atentas à prospecção de petróleo brasileiro. Além dos encadeamentos nos estados citados, Bahia e São Paulo recebem novas empresas de derivados do petróleo. Os investimentos em toda a cadeia do petróleo podem passar de R\$ 1,8 trilhão nos próximos anos.

Aliada à expansão petrolífera, a cadeia naval ganhou articulação e representatividade. Ainda nessa década, o setor aproximar-se-á da relevância atual das montadoras de veículos em termos de número de empregos. Além dos novos estaleiros em funcionamento, outros nove estão em vias de implantação. Como apêndice dos estaleiros, o setor de navipeças assiste a proliferação de seus negócios. Esse ramo produtivo movimentará as economias de Pernambuco, do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul. Neste último estado, além de duas plantas inauguradas há pouco, três novos estaleiros estão em marcha.

Também no Rio de Janeiro, edifica-se o Complexo Industrial do Superporto do Açu. Nele, erguem-se um estaleiro, duas usinas termoelétricas, uma unidade de tratamento de petróleo, duas siderúrgicas e duas cimenteiras. Há previsão de se instalarem lá indústrias de autopeças, de cerâmicas e do setor automotivo. No total, o complexo representa mais de R\$ 40 bilhões, consolidando-se como o maior investimento em infraestrutura portuária das Américas. Tal monta desencadeou o planejamento de uma nova cidade na região norte fluminense, objetivando acolher os trabalhadores que para lá migrarão. Outros portos também se desenvolvem, o de Santos mais do que duplicará sua capacidade até 2013.

A indústria de celulose igualmente se amplifica. Há uma perspectiva de investimentos de R\$ 36 bilhões até 2020. Nesse montante, estão quatro novas fábricas e extensões de três plantas existentes.

Não pouco significativo é o anúncio do investimento de R\$ 21,6 bilhões, em cinco anos, na fabricação de componentes eletrônicos e montagens de *tablets* e celulares, que atenderá às demandas interna e externa. Serão gerados 100 mil novos empregos diretos com esse investimento. Em decorrência, estão em fase de estudos ou instalação empresas de equipamentos eletrônicos, placas de silício, equipamentos digitais e semicondutores, material este que ainda não é produzido no Brasil.

Em face dessa variação de oferta à frente, o setor da construção civil vivencia expressiva dinamização. Estão em construção ou reforma 16 estádios pelo País, estradas estão sendo duplicadas, 13 aeroportos serão construídos ou estendidos, linhas de metrô ampliam-se, e os empreendimentos imobiliários crescem significativamente, desde os residenciais até os investimentos em hotéis, que são atraídos pelos eventos esportivos. Em 2012, o Brasil foi considerado o segundo país mais atrativo para investimentos imobiliários, atrás dos Estados Unidos. São estimadas para este ano 600 mil novas unidades habitacionais financiadas pelo programa Minha Casa, Minha Vida. Somem-se a isso, a construção da terceira maior hidrelétrica do mundo, a Belo Monte, além de outras quatro novas hidrelétricas, e os R\$ 35 bilhões do trem-bala Rio de Janeiro-São Paulo. Em 2012, 43 *shopping centers* serão abertos no País. Esses empreendimentos trarão em torno de US\$ 14 bilhões, em 2012, para o Brasil no setor de construção civil. Para atender a essa demanda, as construtoras e fabricantes de cimento estão estendendo sua capacidade de produção. Uma única empresa içará quatro novas fábricas de cimento.

Além dos investimentos de monta apresentados, outros de menor expressão estão sendo anunciados ou estão em análise, nos mais variados ramos. São exemplos de novos empreendimentos as inversões em biotecnologia, fármacos, energia nuclear, solar e eólica, mineração, fertilizantes, turbinas hidrelétricas, aerogeradores, elevadores, guindastes, pontes-rolantes, empilhadeiras, ferramentas, equipamentos médicos, equipamentos elétricos, telecomunicações, química, microesferas de vidro, embalagens, móveis, fibra de madeira, informática, lâmpadas LED, cosméticos, no setor financeiro, no setor de ensino, em centros de P&D, dentre outros.

Inequivocamente, a apreciação cambial dos últimos anos expõe a indústria brasileira, e diversos setores têm perdido espaço e representatividade, elemento que não pode ser ignorado. Contudo o cenário acima apresentado, somado à carência de crescimento dos países centrais, atrai inúmeras empresas. Em paralelo, a posição de destaque do Brasil na cena internacional e a sua consequente aparição geopolítica permitiram significativa visibilidade.

A despeito desses movimentos, três questões ficam no horizonte. Uma é se tais empreendimentos terão vigor suficiente para estender a participação do investimento no Produto e, ocorrendo isso, que componente do PIB reduzirá sua participação. A segunda é se esses investimentos serão capazes de dinamizar um crescimento robusto. E, por fim, como se dará a crescente penetração dos importados nessas inversões, particularmente nos setores mais expostos à concorrência advinda do câmbio, fator este limitador dos encadeamentos produtivos e dos efeitos sobre a renda.

## O comportamento recente da indústria de transformação

A produção física da indústria de transformação brasileira vem apresentando bastante oscilação nos últimos meses. Segundo a série ajustada sazonalmente da Pesquisa Industrial Mensal da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PIM-IBGE), em fevereiro de 2012, esse setor cresceu 1,3% em relação a janeiro, retornando ao patamar de setembro de 2011.

No entanto, o setor acumulou, até fevereiro, uma queda de 0,4% em relação a dezembro do ano anterior e ainda se encontra 4,1% abaixo do nível de março de 2011, quando sua produção atingiu o maior patamar da série histórica. Uma parte dessa queda pode ser explicada pela política monetária mais restritiva adotada pelo Banco Central brasileiro em 2010 e 2011. Nesse período, a taxa básica de juros foi elevada de 8,75% em março de 2010 para 11,75% em março de 2011, alcançando o máximo de 12,5% em agosto de 2011. Mesmo com a atual política monetária expansionista, os juros mais altos de 2010 e 2011 ainda afetam o comportamento da indústria, devido a defasagens existentes em alguns canais de transmissão da política monetária, como o investimento.

Considerando o acumulado de janeiro e fevereiro de 2012 em relação ao mesmo período do ano anterior, a indústria de transformação apresentou uma queda de 3,6%. Além do alto patamar do início de 2011, outro ponto que deve ser destacado é o menor número de dias úteis em fevereiro do ano atual, decorrente do feriado de Carnaval.

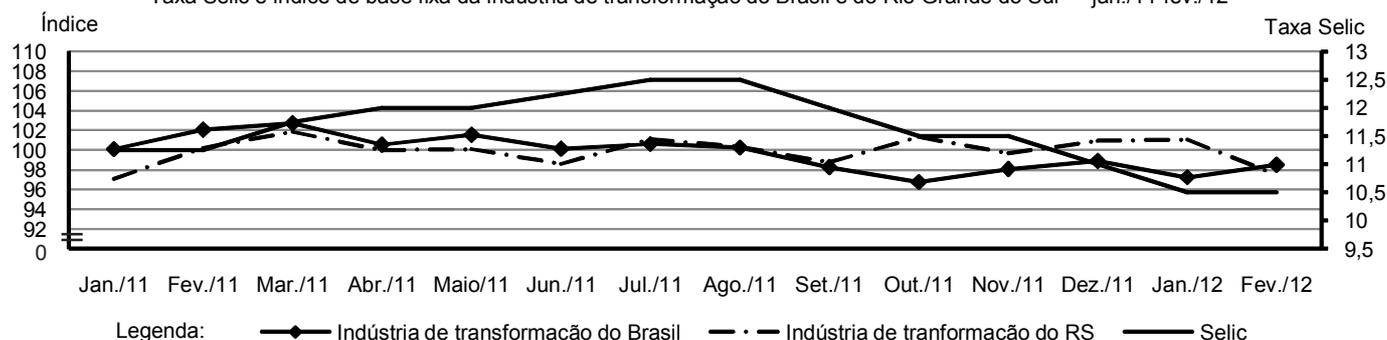
Contudo, como não poderia deixar de ser, essa retração não é homogênea entre os subsetores da indústria de transformação. Nesse período, 14 dos seus 26 subsetores apresentaram queda no volume produzido. Desses, o que apresentou o resultado mais significativo foi o de veículos automotores, com uma retração de 27,6%. Quedas semelhantes ocorreram

em setores de bens de capital, como máquinas para escritório e equipamentos de informática (-20,9%), máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-12,8%) e material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicação (-9,6%). Isso pode indicar que o setor de bens de capital, por ser mais dependente do nível de investimento da economia, também é mais suscetível à política monetária. Também houve queda nos setores de borracha e plástico (-6,4%) e vestuário e acessórios (-19,6%).

Dentre os setores que apresentaram crescimento da produção no acumulado até fevereiro, podem-se destacar: outros produtos químicos (6,9%), refino de petróleo e produção de álcool (6,2%), alimentos (2,1%) e edição, impressão e reprodução de gravações (5,5%). Mais do que o crescimento apenas em relação ao início do ano anterior, os dois primeiros desses setores apresentam um crescimento mais consistente. O primeiro atingiu, em fevereiro, o maior patamar da sua série recente, impulsionado principalmente pela produção de herbicidas para o setor agropecuário. Já o segundo apresentou, em fevereiro, uma produção apenas 0,4% menor do que o seu maior patamar, ocorrido em maio de 2011, alavancado pelo crescimento da produção de gasolina automotiva.

Enquanto isso, a indústria de transformação gaúcha apresentou uma desaceleração maior do que a brasileira. Na série com ajuste sazonal, o volume produzido caiu 3,5% em fevereiro de 2012 em relação a janeiro e 3,4% em relação a dezembro de 2011. Contudo, no acumulado do ano, a indústria gaúcha mostra um crescimento de 2,6%, em virtude de a base de comparação não ser tão alta quanto a brasileira. O setor que mais contribuiu para esse crescimento no acumulado foi máquinas e equipamentos (42%), com comportamento contrário ao brasileiro; e o que apresentou a maior queda foi o setor de veículos automotores (-27%).

Taxa Selic e índice de base fixa da indústria de transformação do Brasil e do Rio Grande do Sul — jan./11-fev./12



FONTE: PIM-IBGE.  
IPEADATA.

NOTA: Média de 2011 = 100.

**Rodrigo de Sá**  
Economista, Pesquisador da FEE

**CARTA DE CONJUNTURA FEE** (elaborada com informações até 24.04.12).

ISSN 1517-7262

A **Carta de Conjuntura FEE** é uma publicação mensal de responsabilidade dos editoriais. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã.

Tiragem: 250 exemplares.

 **Fundação de  
Economia e  
Estatística**

Presidente: Adalmir Antonio Marquetti  
Diretor Técnico: André Luis Forti Scherer  
Diretor Administrativo: Roberto Pereira da Rocha

**Conselho Editorial:** André Luis Forti Scherer, Cecília Rutkoski Hoff, Fernando Macari Lara, Renato Antônio Dal Maso e Roberto da Silva Wiltgen.

**Núcleo de Dados:** Rafael Bernardini Santos (coordenação) e Ana Maria de Oliveira Feijó.

**Editoração:** Susana Kerschner e Valesca Casa Nova Nonnig (revisão) e Rejane Maria Bondanza Lopes (diagramação).

**Fundação de Economia e Estatística  
Siegfried Emanuel Heuser**  
Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre  
CEP 90010-283  
E-mail: carta@fee.tche.br  
Twitter: @cartafee  
www.fee.rs.gov.br